

A CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO POLÍTICO FEMININO EM *A CANDIDATA* DE VERA DUARTE¹

Denise Santiago²

Sandra Maria Pereira do Sacramento³

RESUMO: Expõe-se como a literatura, a partir da experiência humana, foi utilizada pela autora Vera Duarte, como suporte no percurso de construção do espaço público na escrita da protagonista de *A candidata* (2012), a fim de viabilizar a emancipação desta personagem, que se tornou a primeira mulher candidata à Presidência de seu país, Cabo Verde. Assim, faz-se necessário compreender a discussão da trajetória política de gênero e as implicações que dificultam ações concretas na construção de uma democracia efetivamente paritária. Toma-se como base teórica para realização das discussões no campo literário: Todorov (2014) e Simone C. Gomes (2008) e no campo feminista, pesquisadoras como: Judith Butler (2003), Amélia Valcárcel (2012), entre outras.

Palavras-chave: Literatura. Feminismo. Política.

RESUMEN: En él se explica cómo la literatura, de la experiencia humana, fue utilizado por el autor Vera Duarte, para apoyar el camino de la construcción del espacio público en la redacción de la protagonista de *A candidata* (2012), con el fin de facilitar la emancipación de este personaje, que se convirtió en la primera mujer candidata a la presidencia de su país, Cabo Verde. Por lo tanto, es necesario entender la discusión de la trayectoria política de género y las implicaciones que dificultan acciones concretas en la construcción de una paridad verdaderamente democrático. Se toma como base teórica para las discusiones en el campo literario: Todorov (2014) y Simone C. Gomes (2008) e investigadores del campo de las mujeres como Judith Butler (2003), Amélia Valcárcel (2012), entre otras.

Palabras-clave: Literatura. El feminismo. Política.

INTRODUÇÃO

Ao longo dos anos, a emancipação feminina se deu por meio de lutas que levaram a ações concretas. A literatura pode tratar destas questões, porém, as ações específicas se dão na esfera política.

¹ Este texto foi apresentado no II Simpósio Internacional Discurso, Identidade e Sociedade (SIDIS) que aconteceu de 09 a 11 de dezembro de 2015, em Fortaleza, Ceará. Para esta edição, a pesquisa ganhou alterações.

² Mestranda em Letras: Linguagens e Representações – Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC).

³ Doutora em Letras pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professora titular da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC).

As desigualdades existentes na atual conjuntura política que dizem respeito à emancipação feminina são confirmadas pelo número escasso de mulheres nos poderes judiciário, legislativo e executivo. Apesar da intensificação das medidas tomadas na atualidade, acerca desta lacuna, tendo como aporte as lutas do feminismo, a falta de espaço continua sendo um paradigma a ser vencido e sua construção ainda encontra barreiras epistemológicas dentro do próprio feminismo, em que a dificuldade está em saber se os direitos vêm sendo reivindicados por interesses universais, ou interesses individuais que se tornam universalizáveis.

Outro lugar de emancipação feminina se dá por meio da literatura: entendida em algumas obras como um veículo de representação crítica da realidade.

Sendo assim, o artigo ora produzido, intenta mostrar que a discussão política veiculada no feminismo ganha um espaço metafórico na literatura a fim de acentuar a lacuna existente acerca da participação feminina na política. Neste contexto, está Cabo Verde, lócus de enunciação da autora Vera Duarte, em que a população feminina supera a masculina, mas que a representatividade política da mulher não tem espaço significativo. Para tanto, o texto divide-se em duas partes: na primeira, intenta-se situar, em linhas gerais, o percurso da representação política e as dificuldades para a efetivação da elevação do número de mulheres, que possam concorrer a cargos eletivos. Em seguida, percorre-se o texto de Vera Duarte, *A candidata* (2012), no intuito de perceber como a escritora construiu o caminho ascendente da personagem principal, que efetivará sua candidatura à presidência de seu país, apesar das dificuldades enfrentadas no contexto patriarcal e hegemônico do mesmo.

A POLÍTICA E A LIMITAÇÃO DO ESPAÇO FEMININO

A necessidade de um espaço de representação que dialogue com a realidade vivida pelo sujeito feminino é cada vez mais indispensável, pois, à medida que os estudos feministas vão se construindo e discutidos, vai-se colocando a possibilidade de ressignificação (cotas, gênero, revisão da metafísica). É primordial trazer as discussões para o campo de efetivação das ações, e a história do feminismo mostra que o primeiro lugar de transformação corroborativa deve ser o político.

Desde a primeira onda, com o movimento feminista denominado *sufragetes*, a luta pelos direitos de emancipação feminina no campo político vem

fazendo parte do contexto do feminismo. A segunda onda traz um componente mobilizador: *o pessoal é político*. A constatação da diferença já posta dá lugar à crítica aos pares dicotômicos, começa-se a pensar na discussão dos gêneros. Especificidades como androcentrismo¹, ginocrítica² e políticas públicas voltadas para a mulher surgem neste período. A terceira onda é inaugurada pelo debate dos gêneros, abrindo espaço discursivo em torno de questões levantadas nas ondas anteriores. Celia Amarós e Ana de Miguel Álvarez em *Teoría feminista: de la ilustración a la globalización* (2010) colocam demandas que permanecem na terceira onda e algumas são pontuadas pela feminista Anna Jónasdóttir (1993 *apud* AMARÓS; ÁLVAREZ, 2010, p. 75, tradução nossa):

[...] o feminismo desde a década de 1980 continua tendo um desafio de encontrar resposta para a crucial interrogação de quais são os mecanismos pelo quais se produzem a desigualdade sexual. Nas palavras da feminista nórdica Jónasdóttir “por que e como persistem as posições de poder político e social dos homens sobre as mulheres, mesmo nas sociedades ocidentais contemporâneas, em que os indivíduos são considerados iguais sob o ponto de vista formal e legal, e a maioria das mulheres adultas são empregadas em jornada inteira ou parcial, em que se conta com uma elevada proporção de mulheres bem qualificadas, e em que as disposições de assistência social do Estado, que, obviamente, beneficiam as mulheres, são relativamente bem desenvolvidas?”

Mesmo com os avanços conquistados através dos debates, reflexões e lutas, a lacuna que permanece, mostra que ainda há articulações a serem feitas de maneira ampla e abrangente para não haver dualismo diretamente ligado às condições hierárquicas.

¹Androcentrismo trata das experiências masculinas serem universalizadas para todos os seres humanos, homens e mulheres, desconsiderando as experiências femininas. Assunto discutido no artigo *A perspectiva de gênero redimensionando a disciplina histórica* de Tânia Mara Pereira Vasconcelos (2005).

²Ginocrítica, criada por Elaine Showalter é uma teoria feminista, que, em linhas gerais, diz respeito ao processo de leitura e escrita das mulheres serem diferentes dos homens, por força das diferenças biológicas e das próprias formações culturais da categoria de gênero. Não prevê a revisão crítica da escrita literária realizada por homens, mas, defende uma escrita exclusivamente feminina. A teórica Greicy Pinto Bellin (2011) aborda este assunto no artigo *A crítica literária feminista e os estudos de gênero: um passeio pelo território selvagem*.

A visão dicotômica que ainda é tão reforçada no meio social, se torna mais visível se colocada em esfera de discussão política. É dentro do espaço político, ocupado na atualidade pelo feminismo, que se concretizam as reivindicações. Neste sentido, Amarós e Álvarez (2010) também apontam os caminhos que levam às discussões acerca do espaço político ocupado na atualidade pelo feminismo da terceira onda:

Nesta terceira onda do feminismo, a persistência documentada da desigualdade em relação aos homens no acesso à esfera pública, fonte de distribuição dos recursos, poder e reconhecimento de igualdade é dado lugar a novas reivindicações destinadas a romper este teto de vidro. Nesta ordem se inscrevem demandas como uma *democracia paritária*, em continuidade com as políticas que defendem que o caminho para a igualdade sexual é o caminho para a inclusão gradual das mulheres no espaço público (AMARÓS; ÁLVAREZ, 2010, p. 77, tradução nossa).

A pressão crescente para a inclusão das mulheres nos espaços públicos e do deslocamento das fronteiras entre o público e os temas considerados privados – como o reconhecimento dos direitos reprodutivos e sexuais e a violência doméstica – surgem a partir de aspectos políticos e epistemológicos dentro do movimento feminista. O rumo tomado pela terceira onda do movimento feminista é pontuado por pesquisadoras como Amélia Valcárcel (2012) em *La Política de Las Mujeres*, que colocam, a respeito da discussão atual: “já não compara homens e mulheres e suas respectivas diferenças e vantagens, mas, antes, compara a situação de privação de bens e direitos das mulheres com as próprias declarações universais” (2012, p. 09). Ou seja, é a partir da análise de uma democracia excludente que o feminismo – pontuam Flávia Biroli e Luis Felipe Miguel (2013) em *Teoria Política Feminista* – continua avançando como corrente intelectual, que investiga as causas dos mecanismos de reprodução da dominação masculina, tão presentes no contexto social. Os autores ainda discutem:

[...] Embora um certo senso comum, muito vivo no discurso jornalístico, apresente a plataforma feminista como “superada”, uma vez que as mulheres obtiveram acesso à educação, direitos políticos, igualdade formal no casamento e uma presença maior e mais diversificada no mercado de trabalho, as evidências da permanência da dominação masculina são abundantes. Em cada uma dessas esferas – educação, política, lar e trabalho – foram obtidos avanços,

decerto, mas permanecem em atuação mecanismos que produzem desigualdades que sempre operam para a desvantagem das mulheres. Formas mais complexas de dominação exigem ferramentas mais sofisticadas para entendê-las; nesse processo o pensamento feminista tornou-se o que é hoje, um corpo altamente elaborado de teorias e reflexões sobre o mundo social. O desafio de compreender a reprodução das desigualdades de gênero em contextos nos quais, em larga medida, prevalecem direitos formalmente iguais levou a reflexões e propostas que deslocam os entendimentos predominantes no pensamento político (BIROLI; MIGUEL, 2013, p. 8).

A compreensão de que existe desigualdade dentro de um sistema que diz privilegiar uma *totalidade* é um aspecto motriz dentro da dialética feminista e reverbera diretamente no espaço político. A insuficiência do contexto sociopolítico dá lugar a debates que colocam a igualdade dos gêneros como forte indicador do nível democrático de um sistema político a começar pela própria discussão conceitual de gênero que ainda encontra divergências. É como coloca uma das pioneiras na discussão do estudo de gêneros, Judith Butler (2003) em *Problemas de Gênero*: “Para a teoria feminista, o desenvolvimento de uma linguagem capaz de representá-la completa ou adequadamente pareceu necessário, a fim de promover a visibilidade política das mulheres” (BUTLER, 2003, p. 18). Segundo a autora, há uma relevância de tomar uma construção variável da identidade, pois ressoará no objetivo político e, para isso, o próprio feminismo deve ter consciência de suas lacunas para não cair no mesmo discurso opressor. A teórica escreve:

A crítica feminista tem de explorar as afirmações totalizantes da economia significante masculinista, mas também deve permanecer autocrítica em relação aos gestos totalizantes do feminismo. O esforço de identificar o inimigo como singular em sua forma é um discurso invertido que mimetiza acriticamente a estratégia do opressor, em vez de oferecer um conjunto diferente de termos. O fato de a tática poder funcionar igualmente em contextos feministas e antifeministas sugere que o gesto colonizador não é primária ou irredutivelmente masculinista. Ele pode operar para levar a cabo outras relações de subordinação hetero-sexista, racial e de classe, para citar apenas algumas (BUTLER, 2003, p. 33-34).

O espaço de discussão de uma política operante dentro da teoria e estudos feministas precisa ser legitimado através de ações que não neutralizem as necessidades atuais por que passa o gênero, mas que potencialize as forças em

direção a uma desconstrução de uma identidade comum, que insiste em generalizar a mulher como única e estática. O que permanece nas discussões levantadas por Butler, a partir das dimensões foucaultianas¹, como o principal erro da primeira onda feminista em busca da ascensão política, são as leis, que consideram somente o sujeito, que reconhece, como a ser representado. Além disso, esta representação do sujeito feminino está calcada em uma *realidade* que restringe o próprio sujeito e, a partir desta dimensão, a construção fossilizada da identidade feminina repercutida historicamente sem suas devidas especificidades, como etnia e cultura, por exemplo. Os interesses vêm verticalmente, são estratégicos e como pontua Butler (2003, p. 22): “as estratégias sempre têm significados que extrapolam os propósitos a que se destinam”.

Outra teórica feminista, que aponta os riscos da continuidade falocêntrica, é Assunción Portolés (2010), que faz crítica perspicaz às armadilhas colocadas pela influência das atuais hegemonias econômicas e políticas, que mantêm algumas discussões, principalmente no que diz respeito ao feminismo em um patamar de caráter submisso. O fato é que as discussões feministas passam por embates epistêmicos e o consenso se dá no empoderamento, no espaço político emancipatório. Além disso, pesquisas atuais² mostram que os países, onde o movimento alcançou uma história de visibilidade e vitórias no campo dos direitos das mulheres, há números expressivos de mulheres na disputa eleitoral por cargos em todas as esferas do poder.

Nos últimos anos, os debates acerca da democracia paritária³ passaram a considerar a importância de homens e mulheres estarem representados em proporções iguais dentro do sistema político. Alguns mecanismos compensatórios de inclusão das mulheres, em cargos eletivos e de nomeação, desenvolveram-se de maneira crescente, mas não suficientes para darem conta da demanda real da disparidade entre os gêneros. Outro ponto que é preciso considerar no viés político

¹ Judith Butler se aproxima das ideias do filósofo francês Michael Foucault na linha teórica pós-estruturalista, já que se fundamenta em crítica a toda forma de totalização.

² Estudo apresentado no artigo *Feminismo, História e Poder* da pesquisadora Céli Regina Jardim Pinto (2010).

³ A democracia paritária é entendida aqui como paridade de gênero na política, discutida por Jussara Reis Prá (2013) no artigo intitulado *Cidadania de Gênero, Democracia Paritária e Inclusão Política das Mulheres*.

é a “presença”. Céli Pinto (2010) faz uma reflexão a partir das ideias da cientista política Anne Phillips:

Quando a política das ideias é tomada isoladamente do que eu chamarei política de presença, ela não dá conta adequadamente da experiência daqueles grupos sociais que, em virtude de sua raça, etnicidade, religião, gênero, têm sido excluídos do processo democrático. Inclusão política tem sido cada vez mais – e eu acredito que acertadamente – vista em termos que pode ser concretizada somente por política de presença (PINTO, 2010, p. 18).

A pesquisadora retoma a questão e sinaliza que se podem identificar quatro cenários na arena política brasileira e que acompanham a mesma lógica de outros países: “1) Sem ideia nem presença; 2) Com ideia, mas sem presença; 3) Sem ideia, mas com presença; 4) Com ideia e com presença.” (PINTO, 2010, p. 18). Ou seja, é preciso muito mais do que somente a entrada da figura feminina no espaço político. O questionamento, a partir desta ótica de Pinto, é justamente se as mulheres emancipadas dão conta de construir um estreitamento identitário com as demais mulheres, a fim de também empoderá-las.

Com o exposto, apreende-se que existem questões que permeiam os diferentes discursos das teorias feministas e que ainda não encontraram um ponto de convergência – como o que se compreende como emancipação de sujeito, objetos fundantes da discussão política, ou ainda a generalização identitária – mas que há o liame, e esse se dá pela lacuna: por uma necessidade real de legitimação de um espaço político mais abrangente do feminino, que atue de fato, na presença.

A LITERATURA DE VERA DUARTE E A REPRESENTAÇÃO DO FEMININO NO CONTEXTO CABO-VERDIANO: RUMO À EMANCIPAÇÃO

Por muito tempo, o fazer literário feminino, em Cabo Verde, esteve preso a um condicionamento estático; porém é visível a construção ascendente – fruto de luta constante – do espaço feminino rumo à emancipação por meio da literatura em Cabo Verde. A partir da constituição histórica ainda discutível das ilhas, nota-se no cabo-verdiano, mesmo na atualidade, um ser que vive a dualidade identitária de sua composição de origem europeia e africana. Além disso, apesar dos crescentes progressos na educação, turismo e queda na mortalidade infantil, o país enfrenta

dificuldades em relação ao clima árido que reduz a produção agrícola e outras especificidades dentro da economia e políticas públicas¹ o que favorece a diáspora. Sendo assim, a mulher cabo-verdiana também vive este contexto híbrido² e ainda carrega em seu cerne vestígios de uma condição subalterna em muitos aspectos, principalmente, no que diz respeito à representatividade política.

É, entre outros caminhos, no texto literário, que mulheres cabo-verdianas conseguem encontrar um lugar de autonomia e discussão, atestando voz uníssona justamente contra as diferenças no tratamento hierárquico entre gêneros. A importância da literatura, que dialoga com o epistemológico e a efetividade na composição do contexto social, é confirmada há algum tempo, como destaca, em *A Literatura em Perigo*, Tzvetan Todorov (2014):

Como a filosofia e as ciências humanas, a literatura é pensamento e conhecimento do mundo psíquico e social em que vivemos. A realidade que a literatura aspira compreender é, simplesmente (mas, o mesmo tempo, nada é assim tão complexo) a experiência humana (TODOROV, 2014, p. 77).

Assim, as representantes do fazer literário do arquipélago reafirmam, através de seus textos, a experiência humana, evidenciando a importância da escrita feminina para a luta social de libertação do país e para transmissão dos valores da sociedade crioula, entre outros aspectos. Uma posição confirmada pela pesquisadora Simone Caputo Gomes (2008) em *Cabo Verde: Literatura em chão de cultura*, que coloca a importância da relação direta do trabalho contínuo de conquista e ampliação dos espaços femininos com o campo de pesquisa da literatura escrita. Principalmente, a partir de movimentos como a OMCV (Organização das Mulheres de Cabo Verde) em que muitas integrantes, ativamente fazem ecoar a voz da mulher, povoando a cena literária. Uma das representantes, desta luta feminina que reverbera, literariamente, é Vera Duarte.

A autora traz consigo a experiência profissional voltada para fins humanitários, advinda da sua passagem pela Comissão Africana dos Direitos

¹ As informações são constantemente atualizadas no tópico: Cabo Verde Aspectos Gerais, disponíveis em:< <http://www.worldbank.org/pt/country/caboverde/overview>>. Acesso em 25 de junho de 2016.

² Para Stuart Hall (2014), as culturas híbridas são constituídas na era da *modernidade tardia* e advêm de novas diásporas que fazem com que pessoas aprendam a se habituarem no mínimo a duas línguas, duas identidades, duas culturas.

Humanos e dos Povos e ainda por ter sido a pioneira das ilhas a entrar para a Magistratura e a atuar diretamente na educação de seu país como Ministra de Educação e Ensino Superior, por dois anos. Portanto, a causa humana, sobretudo voltada para o feminino, é evidenciada em seus textos.

Em, *A Candidata*, seu primeiro romance, Vera Duarte (2012) narra o percurso de Marina. Mulher de Mindelo, que, no desenvolver do texto, vai construindo uma reflexão acerca da condição feminina. E que, lutando por sua nação e seus ideais, também conquista seu espaço, enquanto profissional e mãe solteira. Atinge sua plena emancipação quando aceita candidatar-se à presidência de seu país. Vera Duarte em entrevista à *Revista da UFF*, quando indagada sobre a personagem que lhe trouxe maior visibilidade em suas obras, coloca:

A Marina, de *A Candidata*, parece-me ser indubitavelmente, a personagem de maior visibilidade em tudo o que já escrevi. Talvez por ela concretizar muito do que considero ser uma mulher de exceção, sem perder as características da mulher comum, que qualquer uma pode ser. Ela representa a mulher que rompe com um passado patriarcal e machista, que vai à luta e aceita todos os desafios que o processo de emancipação comporta. Que ousa candidatar-se à mais alta magistratura da nação, sem deixar de ser uma comum cabo-verdiana, que teve filho sem estar casada, que se tornou esposa e mãe e sempre trabalhando fora. A sua trajetória de vida é fortemente paradigmática das mulheres do final do século XX, pelo menos no mundo ocidental (DUARTE, 2013, p. 189).

No início da narrativa, ainda no contexto colonial, Marina bem jovem vai percebendo como o espaço feminino é reduzido e como a imagem da mulher é relacionada a funções naturalizadas pela tradição. Nesse sentido, prevalece a ideia voltada para o patriarcado de consentimento¹, ligado diretamente à dominação e opressão. A protagonista quebra esta submissão, pois vem de um contexto, onde, mesmo seu pai, homem que fazia questão de manter as tradições, “queria para ela um futuro que não se esgotava no de esposa e mãe, sonhando-lhe grandes voos”

¹ Discussão levantada no contexto pertencente à segunda onda feminista. Alicia H. Puleo (2010) coloca o patriarcado de consentimento como uma tendência das sociedades de consumo para manter uma submissão consentida. A mulher cumpre seu papel voluntariamente, obedecendo à vontade geral - do homem branco, europeu, pagador de impostos.

(DUARTE, 2012, p. 26). Neste âmbito, a personagem principal inicia seu olhar direcionado às diferenças evidentes entre homem e mulher:

Marina entrara para o liceu logo a seguir a um período tumultuoso que tinha posto fim à separação das raparigas e dos rapazes quer nas aulas quer nos intervalos. Este fato aliado a vários outros de que Marina se fora apercebendo e que revelavam uma clara diferença de tratamento entre homens e mulheres em desfavor destas últimas [...] (DUARTE, 2012, p. 30).

O texto vai construindo, através da percepção da protagonista, um olhar voltado para a estrutura social, que mantém o privilégio do masculino e que deixa o feminino na condição de segundo dos pares, excluído, sem autonomia e direito à voz. Gayatri Spivak em *Pode o subalterno falar?* (2010) denuncia esta disparidade que atinge diretamente o ser feminino quando coloca: “Se, no contexto da produção colonial, o sujeito subalterno não tem história e não pode falar, o sujeito subalterno feminino está ainda mais profundamente na obscuridade” (2010, p. 128).

O texto de Vera Duarte vai criando os espaços eloquentes de luta, sobretudo dentro do ordenamento político. Mostra que a literatura produzida pela mulher cabo-verdiana – que, apesar do número expressivo de escritoras, ainda conta com poucos trabalhos publicados¹ – expressa o feminino sem a interferência masculina e cada vez mais concentra esforços para, através da representação ficcional, dar acesso às discussões das relações de gênero de maneira equitativa, sem impor uma identidade performática²: a própria personagem Marina foge aos padrões do que é pré-determinado ao comportamento feminino pela sociedade patriarcal.

Um mundo de euforia revolucionária crescia frente aos olhos de Marina [...]. Dentro de uma fascinante semiclandestinidadade que preparava os meetings, elaborava os textos

¹ Ainda há pouco espaço dentro das agências que abarquem as discussões feministas e, sobretudo no que diz respeito à mulher negra. Como coloca María Lugones (2014): “A modernidade organiza o mundo antologicamente em termos de categorias homogêneas, atômicas, separáveis. A crítica contemporânea ao universalismo feminista feita por mulheres de cor e do terceiro mundo centra-se na reivindicação de que a intersecção entre raça, classe, sexualidade e gênero vai além das categorias da modernidade. Se mulher e negro são termos para categorias homogêneas, atomizadas e separáveis, então sua intersecção mostra-nos a ausência das mulheres negras – e não sua presença” (LUGONES, 2014, p. 935).

² Tarefas, deveres e modos de comportamento atribuídos exclusivamente ao ser mulher.

revolucionários, traduzia, policopiava, distribuía, lia e fazia chegar às mãos dos outros. Mao, Lenine, Fanon. Que falava dos movimentos cívicos estadunidenses, de Martin Luther King e do Maio de 68. Que conhecia Angela Davies, Cohn Bendit, falava da universidade de Berkeley, seguia o destino dos irmãos Jackson, a guerra do Vietnam e as independências das colônias (DUARTE, 2012, p. 35).

A conquista de um espaço feminino dentro da arena pública de decisão não acontece abruptamente. A protagonista, ao iniciar sua entrada no espaço político na diáspora, faz-se consciente das atrocidades cometidas contra a mulher. Dessa maneira, vai adquirindo equilíbrio para atuar no território de resistência, onde intenciona construir com segurança o espaço para liberdade política uníssona, ao fazer reverberar a voz feminina. Uma voz que não aparece como única e sim como representante de outras vozes femininas se constituindo em voz *metafeminina*¹:

Marina sabia e sentia que desde sempre abraçara a causa da mulher. Desde a infância inconsciente e brincalhona. Desde a jovem liceal que participara na primeira exibição de ginástica feminina que houve no liceu da colônia. Desde a universitária que se expunha e se impunha. Não se tratava da extinção da espécie. Era o acordar do género. A mulher confinada aos limites domésticos e reflexo do homem estava dando lugar a um ser aspirante à grande vaga da vida e da liberdade (DUARTE, 2012, p. 39).

Os ideais elencados por Marina vão em direção à necessidade de se solidificar em um espaço maior, um espaço público. Mas ainda há nesta busca um obstáculo, que dificulta o avanço da mulher, não apenas dentro de sua concepção feminina, mas que a atinge em sua plenitude como ser humano – o racismo. Um racismo, muitas vezes, agravado pela negação, evidenciando o preconceito sustentado desde as relações coloniais e que, no caso das mulheres negras, se trata de uma dupla discriminação.

Em, *A Candidata*, Marina percebe o racismo velado nas intenções das suas colegas nos primeiros anos de sua chegada a Lisboa:

¹ Conceito apresentado por Elisalva Madruga Dantas (2006, p. 117) “O fato de ser não uma voz feminina a mais, porém uma voz que se junta às outras vozes para falar particularmente do universo da mulher [...], uma vez que se volta para sua própria condição de mulher”.

Por essa altura Marina começava a aperceber-se de um novo tipo de racismo. Naqueles anos revolucionários, dir-se-ia um racismo pela negativa, um racismo envergonhado da sua existência, um racismo profundamente incomodado. Marina percebia-o nas afirmações bem intencionadas feitas pelas colegas [...]. ‘O teu cabelo é praticamente como o nosso’ ‘A tua cor quase igual à minha’[...]. Mas naquele quase protecionismo que as amigas lhe dedicavam chegou um momento em que apenas via a manifestação às avessas de um sentimento que vinha atravessando e prostituindo a história da humanidade, o racismo (DUARTE, 2012, p. 42).

A constatação desta desumanização, que se dá, via racismo – seja ele como for – aparece nas discussões atuais ligadas ao feminismo. A cientista política e feminista Nancy Fraser (2013), em *Fortune of Feminism*, fala, entre outras questões (tradução nossa), da importância de uma abertura no feminismo para estabelecer relações, além das diferenças de gênero como a nacionalidade, classe, etnia e raça. Fraser acredita que o feminismo não pode servir a fins dicotômicos e que o combate às injustiças, com o crescimento das democracias, deve ser considerado.

A partir de uma concepção que se forma a respeito dos ideais de liberdade coletiva e emancipação feminina, a personagem Marina conquista ainda mais impulso quando assume a luta política em prol de seu país. A mulher cabo-verdiana dentro dessa literatura é integrante da autonomia de sua nação. O que se torna essencial para constatar a participação histórica feminina, nesse contexto, como destaca Gomes (2008, pág. 284): “As escritoras colocam em ação, em seus textos, a mulher cabo-verdiana, seja como protagonista, coadjuvante ou figurante de destaque, documentando a historicidade da participação feminina na construção e no desenvolvimento do país [...]”.

Quando resolve se alistar no PAIGC (Partido Africano pela Independência da Guiné e Cabo Verde) para combater – junto aos colegas que também almejam a liberdade de seus países – Marina passa a concretizar seus objetivos de maneira pontual e madura. Vai então, perfazendo um caminho de aspirações individuais e coletivas, não se desviando do embate do gênero dentro de um plano macro, que é a independência do arquipélago. O dualismo individual e coletivo no feminismo, como coloca Amélia Valcárcel (2012), se deve à necessidade das causas solidárias adequadas ao que é concernente ao “nosso”, ou seja, ao que tange a todos os gêneros, e destaca o cuidado no uso do rótulo da generalização tão comum às causas feministas – a mulher imbuída em seu papel de ser mulher – e o individual é posto

de lado, obedecendo a uma designação heteronômica. Então, mesmo na dimensão do feminismo, é preciso também ter cuidado com o individualismo, pois nesse, não há boa carga ética e política, sempre traz alguns problemas, que se voltam aos interesses individuais universalizados.

A importância do empoderamento individual, em *A Candidata*, reverbera no coletivo já que a personagem passa por situações peculiares ao feminino. Marina ficou grávida, como tantas moças que, assim como ela, engravidavam, mas; por não estarem em um relacionamento estável, eram expulsas de suas casas por seus familiares. Isso fez com que Marina tivesse ainda mais consciência de sua atual condição e do seu lugar de luta. A gravidez, então, veio efetivando suas forças para conclamar a liberdade de sua nação e, ao mesmo tempo, do seu eu emancipado: “Sobretudo, porque a ocorrência daquela gravidez lhe revelava como a revolução que estavam vivendo, o sonho de ver África descolonizada, a utopia da liberdade e da igualdade de todos os seres humanos, entrara no inconsciente das pessoas e até na relação homem-mulher” (DUARTE, 2012, p. 47).

Na diáspora¹, a protagonista vai confirmando sua autonomia até o momento da proclamação da liberdade e direitos dos cidadãos e cidadãs cabo-verdianos. E as principais figuras masculinas, que aparecem na diáspora, ou antes, nas ilhas – Pedro, Joãozinho e Amílcar Cabral²– são apresentados como estimuladores políticos, acendendo em Marina ainda mais visibilidade acerca da realidade política e social, na qual vivia o arquipélago.

Ao retornar para Cabo Verde, já casada com o amor da adolescência, Pedro, e com sua filha, a futura candidata se mostra na condição de mãe, esposa e profissional, não dentro de padrões heteronômicos, mas consciente de sua situação, pois era “a vez da renúncia à marcante identidade pela harmonia do conjunto”. (DUARTE, 2012, p. 55). E, mesmo em face ao cotidiano, ela não deixava de sentir inquietação diante das injustiças, que perpetuavam a vida social e pessoal, embora soubesse que, apesar de não estar mais diretamente ligada ao contexto político de

¹ Além de Lisboa, Marina pelo PAIGC esteve também em Estocolmo (Suécia, onde nasceu sua filha Djamilia), em Conakry (Guiné, onde reencontrou e se casou com Pedro, seu primeiro marido) e Holanda para depois retornar a seu país.

² Vera Duarte dedica sua obra a Amílcar Cabral que entra na ficção mantendo suas características reais. Como coloca Gomes “Considerado o ‘pai’ da nacionalidade cabo-verdiana e guineense, Amílcar Cabral foi um dos mais carismáticos líderes africanos” (GOMES, 2008, p. 77).

seu país, sua identidade continuava marcada pelas conquistas das ilhas pós-independência e por seu embate no campo do feminino.

Anos mais tarde, mãe de mais duas filhas já adolescentes do casamento com Pedro e, apesar da transgressão imposta pelos conceitos sociais patriarcais e falocêntricos, Marina assume seus sentimentos – a partir da infidelidade do marido somado ao novo amor que surge em sua vida – encontrando lugar dentro de uma constituição identitária autônoma, consciente dos seus papéis femininos livres de preconceitos e pressões sociais. “[...] ‘entre Maria virgem mãe e sofredora e Madalena, a pecadora, é que vivia a verdadeira mulher’. Era, afinal, o que sentia”. (DUARTE, 2012, p. 66). Sabendo que sua história dialoga com a vida de tantas mulheres que, como ela, almejavam uma vida plena e com respeito ao seu gênero, etnia, cultura.

No final do texto, a protagonista recebe a proposta para se candidatar à presidência de seu país. Em um primeiro momento, não aceita. Mas, três anos se passam, e, através do sim de Marina, a narrativa confirma o extrato do gênero emancipado e atuante no cenário político. A partir do seu lócus enunciativo, a obra traz a reflexão das diferenças entre gêneros em contextos culturais, sociais e nos espaços eletivos. Mostra possibilidade de resistência; indo a contrapelo das estratégias hegemônicas de perpetuação de poder.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A mulher vem sendo narrada negativamente em algumas literaturas. A importância de uma escrita que, feita a partir do próprio contexto feminino, traga a compreensão do papel da mulher, além do que lhe é imposto socialmente, se torna um dos motivos da literatura cabo-verdiana aqui retratada. Então, as mulheres cabo-verdianas, que estiveram imersas em um discurso cheio de introjeções negativas, que disseminavam a discriminação racial e a condição subalterna feminina, encontram na literatura, um caminho para efetivação de sua identidade, em busca de emancipação. Assim, a autora Vera Duarte une sua voz à de tantas outras mulheres, trazendo, através da ficção, as temáticas relacionadas ao contexto consciente ou inconsciente feminino/feminismo.

Os sintagmas sociais, que depreciam o sujeito feminino, sempre estiveram presentes nas culturas e nas representações narradas pelo masculino. Dessa

maneira, tanto na política, quanto na literatura, se faz, cada vez mais necessária a presença da mulher, em processo de auto representação.

Na literatura feita por mulheres, recriam-se espaços imperfeitos ou ideais para denunciar mazelas, com o anúncio, entretanto, de concretudes de luta rumo a condições de paridade entre os sexos sociais. No espaço político, tem-se a dificuldade calcada na própria dificuldade de representação feminina, já que as estruturas de poder são as mesmas, que podem emancipar ou reprimir.

Quando se toma uma construção de identidade da *mulher* e, neste contexto, de uma mulher cabo-verdiana, deve-se partir das possíveis discussões perpetuadas pelo feminismo, se afastando, portanto, do risco de reforçar os discursos de legitimação do poder hegemônico. No caso do texto literário, de Vera Duarte, aqui tematizado, a construção da identidade de mulher cabo-verdiana se dá pela pluralidade de sentidos, que compõe a vida da protagonista e seus momentos de luta explicitados na narrativa, através de acontecimentos como: consciência das condições inferiores das mulheres, diáspora necessária, independência das ilhas, gravidez sem planejamento, ser mãe, esposa, trabalhadora e, finalmente, candidata à presidência de seu país.

A consciência da mudança necessária para o maior espaço de representação feminina, no campo político, é visível. O que se mostrou é que a reverberação deste empoderamento pode encontrar eco em espaços literários, como em *A Candidata*, que consegue expor um retrato significativo da emancipação do feminino, pois, além de estar pautada em uma dimensão efetiva, empreende ações de resistência, no âmbito dos estudos de gênero. Desta sorte, enaltece e reforça o empoderamento, mesmo sabendo das reais dificuldades de ser alcançado por todas as mulheres.

REFERÊNCIAS

AMARÓS, Celia; ÁLVAREZ, Ana de Miguel. (Eds.). **Teoría Feminista: De La Ilustración a La Globalización**. Madrid: Minerva Ediciones, 2010.

BELLIN, Greicy Pinto. A crítica literária feminista e os estudos de gênero: um passeio pelo território selvagem. **Revista Fronteira Z**. São Paulo, n. 7, dezembro de 2011.

BIROLI, Flávia e MIGUEL, Luis Felipe. (Org.). **Teoria Política Feminista: Textos Centrais**. Vinhedo: Editora Horizonte, 2013.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade.** Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DANTAS, Elisalva. O feminino na poética africana. In: CHAVES, Rita; MACEDO, Tânia. (Org.). **Marcas da Diferença – As Literaturas Africanas de Língua Portuguesa.** São Paulo: Editora Alameda, 2006. p. 105-119.

DUARTE, Vera. **A candidata.** Belo Horizonte: Nandyala, 2012.

_____. Entrevista concedida a Iris Maria da Costa Amâncio. **Revista Núcleo de Estudos de Literatura Portuguesa e Africana da UFF.** vol. 5, n. 10, abril de 2013. p.187-190.

FRASER, Nancy. **Fortunes of Feminism: From State-Managed Capitalism to Neoliberal Crisis.** New York: Verso, 2013.

GOMES, Simone Caputo. **Cabo Verde: Literatura em chão de Cultura.** São Paulo: Ateliê Editorial, 2008.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na pós-modernidade.** Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014.

JONASDOTTIR, Anna. El Poder Del Amor: *Le Importa El Sexo a La Democracia?* Madrid: Cátedra, 1993, pag.14. apud AMARÓS, Celia; ÁLVAREZ, Ana de Miguel. (Eds.). **Teoría Feminista: De La Ilustración a La Globalización.** Madrid: Minerva Ediciones, 2010.

LUGONES, María in Estudos Feministas. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas.** Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, set/dez. 2014.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, História e Poder. **Revista de Sociologia e Política.** Curitiba, v. 18, n. 36, p.15-23, jun. 2010.

PORTOLÉS, Asunción Oliva. Debates sobre el género. In: AMARÓS, Célia; ÁLVAREZ, Ana de Miguel (eds.). **Teoría Feminista – de la Ilustración a la Globalización: Del feminismo liberal a la posmodernidad.** Vol. 2. Madrid: Minerva Ediciones, 2010. p. 13-60.

PRÁ, Jussara Reis. Cidadania de Gênero, Democracia Paritária e Inclusão Política das Mulheres. **Gênero na Amazônia.** Belém, n. 4, p. 15-35, jul./dez. 2013.

PULEO, Alicia H. Lo personal es político: El Surgimiento del Feminismo Radial. In: AMARÓS, Célia; ÁLVAREZ, Ana de Miguel (eds.). **Teoría Feminista – de la Ilustración a la Globalización: Del feminismo liberal a la posmodernidad.** Vol. 2. Madrid: Minerva Ediciones, 2010. p. 35-67.

SPIVAK, Gayatri C. **Pode o Subalterno falar?** Tradução de Sandra R. G. Almeida *et al.* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

THE WORLD BANK. **Cabo Verde** - Aspectos Gerais. Washington, abril de 2016. Disponível em: <<http://www.worldbank.org/pt/country/caboverde/overview>>. Acesso em: 23 de junho de 2016.

TODOROV, Tzvetan. **A Literatura em Perigo**. Tradução de Caio Meira. Rio de Janeiro: Difel, 2014.

VALCÁRCEL, Amélia. **La Política de las Mujeres**. Madrid: Edições Cátedra, 2012.

VASCONCELOS, Tânia Mara Pereira. A perspectiva de gênero redimensionando a disciplina histórica. **Revista Ártemis**, n. 3, dezembro de 2005.

COMO CITAR ESTE ARTIGO:

SANTIAGO, Denise; SACRAMENTO, Sandra Maria Pereira do **A construção do espaço político feminino em a candidata de vera duarte**. Interdisciplinar-Revista de Estudos em Língua e Literatura. São Cristóvão: UFS, v. 25, mai./ago., p. 43-59, 2016.

Recebido: 28.06.2016

Aprovado : 30.07.2016

